

RESENHA- REVIEW-RESEÑA

GÊNERO E POVOS INDÍGENAS

GENDER AND INDIGENOUS PEOPLES

GÉNERO Y PUEBLOS INDÍGENAS

SACCHI, Ângela; GRAMKOW, Márcia Maria (orgs.) **Gênero e Povos Indígenas**. Rio de Janeiro: Brasília, Museu do Índio/GIZ/FUNAI, 2012, 272 p.

Angela Célia Sacchi é doutora em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e esteve na Coordenação Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento na Fundação Nacional do Índio/FUNAI em Brasília. Atualmente é bolsista do Programa Nacional de Pós-Doutorado/PNPD - Capes, na Universidade Federal de Goiás/UFG. Márcia Maria Gramkow é doutora em Antropologia pela Universidade de Brasília (Unb) e atua como assessora na Cooperação Alemã para o Desenvolvimento (GIZ), no Programa de Proteção e Gestão Sustentável das Florestas Tropicais e na Linha de Ação, Demarcação e Proteção de Terras Indígenas em Brasília. Ela é autora de várias obras sobre etnologia indígena, antropologia de gênero, políticas públicas e povos indígenas.

A organização desta obra surgiu da necessidade de novas reflexões sobre as questões de gênero no contexto dos povos indígenas e a reunião dos textos está relacionada a eventos importantes do cenário acadêmico brasileiro, a saber, a 27ª Reunião Brasileira de Antropologia e Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos.

Através destas pesquisas foi possível ampliar o campo da etnologia indígena, pois aquela produzida no Brasil até a década de 1980 se constituiu por um olhar e um tipo de abordagem determinados por categorias e conceitos advindos de outros contextos etnográficos, a saber os ocidentais colonialistas. Importante aqui ressaltar



que na antropologia do gênero, tal tendência tendeu a desconsiderar a perspectiva regional e local.

A obra em questão se pauta em inovações e novas abordagens. Assim, novas posturas teórico-metodológicas nas relações de gênero ampliam o foco para as questões relacionais e de poder até então negligenciadas. Destarte, as posições homens dominantes e mulheres subordinadas, podem nem existir ou modificar-se, dependendo das circunstâncias sociais. Cabe também ressaltar que os comportamentos do gênero masculino pensados como dominantes nem sempre implicam na subordinação feminina. O conjunto da obra releva que a organização social entre coletivos indígenas envolve processos generificados entre mulheres e homens quando se analisa o processo de produção e as trocas entre os agrupamentos.

A obra está dividida em onze artigos e uma entrevista. Na introdução, as organizadoras situam a obra intencionando incitar os debates sobre a temática, bem como contribuir para a inclusão da categoria "gênero" na implementação de políticas públicas voltadas para as questões indígenas no Brasil.

No primeiro artigo, intitulado "Bestias de carga, Amazonas y libertinas sexuales. Imágenes sobre las mujeres indígenas Del Gran Chaco", Mariana Danilea Gómez discorre sobre as representações dualistas construídas sobre as mulheres indígenas, ora como selvagens ora como mulheres livres para exercer a sexualidade. Já Barbara Arisi, em seu texto "Vida sexual dos selvagens (nós): indígenas pesquisam a sexualidade dos brancos e da antropóloga", situa-se como alvo dos olhares dos Matis e exalta a riqueza deste trabalho de campo etnográfico em relação às trocas afetivas, emocionais e sexuais. Paulo Roberto Nunes Ferreira, no artigo "Conceitos das mulheres em espaço de homens: o desenho em escolas Kaxinawá (Huni Kui)", explora a articulação entre os gêneros, o agenciamento e as capacidades artísticas de mulheres e homens Kaxinawá no Acre.

Elizabeth Pissolato, em seu texto "Gênero, casamento e trocas com brancos", analisa as configurações do casamento e do parentesco entre os Guarani Mbya e as mudanças advindas da união conjugal de uma índia com um não-indígena. Para estes povos, a vida conjugal ocupa um lugar privilegiado porque se põem em relação e se complementam na vida social. O casamento com um homem não-

indígena significa a perda de um elo no sistema de parentesco, e no âmbito do sujeito isso põe fim à maneira Mbya de alterar-se.

Cinthia Creatini da Rocha discute no artigo “Agência Feminina na sociopolítica Kaingang” a atuação feminina na manutenção do grupo, apontando para a fluidez entre as esferas públicas e privadas a partir da trajetória de Martina Vergueiro. Ela teve uma influência importante nas questões sociopolíticas do coletivo indígena Kaingang. Sua atuação política demonstrou que as diferenças de gênero foram extrapoladas.

Em outro artigo, “Organizações tradicionais e políticas públicas contemporâneas: avanços e retrocessos na autonomia da mulher Xukuru”, Fernando Barros Jr. analisa a atuação feminina na organização do povo Yukuru, situado na Serra de Ororubá (em Pesqueira, PE) a partir da retomada de suas terras tradicionais. A criação de vários conselhos naquele coletivo indígena e dois específicos para as mulheres tem garantido a atuação feminina em esferas públicas daquela sociedade, desempenhando papéis distintos dos domésticos.

Maria Helena Ortolan Matos explicita, em “Mulheres no movimento indígena: do espaço de complementaridade ao lugar da especificidade”, as representações míticas da Amazônia brasileira nas quais o protagonismo é das mulheres devido a seus poderes de criação e transformação do universo, mas muitas vezes também de complementaridade. A autora esclarece que os espaços vivenciados pelas mulheres não as impede de participar de atividades associativistas, nos quais elas conhecem lugares de atuação política no movimento indígena. Os exemplos desta participação associativista estão localizados no Alto Rio Negro, São Gabriel da Cachoeira e em Manaus.

No que tange aos processos migratórios indígenas, Lady Day Pereira de Souza e Arneide Bandeira Cemin em seu texto “Mulheres indígenas em Porto Velho/RO: gênero, migração e participação política”, centram o foco de análise em mulheres indígenas migrantes na cidade de Porto Velho, destacando as estratégias de sobrevivência e pautando-se na necessidade de criação de políticas públicas específicas para estas mulheres devido à discriminação étnica sofrida. Entre as políticas específicas, as autoras advogam a participação política de mulheres indígenas urbanas nas organizações indígenas.

Luciana de Oliveira Dias em seu texto “Seguir Delante: trânsitos identitários entre as/os Mazahuas na cidade do México”, discute a migração de mulheres indígenas Mazahuas para a Cidade do México. Segundo Dias, a migração faz parte da sobrevivência e naquela cidade muitas mulheres vivenciam violências múltiplas. Historicamente elas participaram na luta pela independência do país, mas são vistas como inferiores, ou seja, como *Marias* e de forma pejorativa. Assim, em alguns momentos estas mulheres assumem signos de masculinidade empoderando-se frente ao seu grupo, mas em outros momentos comportam-se como as assujeitadas *Marias*. Para a autora, estas mulheres em seus processos identificatórios articulam a migração com comunidade de origem, invenção ou criação do lugar de destino.

Dina Mazariegos, em “Mulheres Mayas na Guatemala: relações de poder, gênero, etnia e classe”, estuda a vida de dez intelectuais Maya na Guatemala. Estas mulheres universitárias têm a idade entre 27-47 anos e são de diferentes povos linguísticos e de cursos na área de humanas. Devido à guerra no país (1962-1996), as entrevistadas migraram para centros urbanos e ingressaram no sistema educacional. A partir da academia construíram suas trajetórias como protagonistas da história.

No seu artigo “Las implicancias de las capacitaciones en derechos en la vida de las mujeres guaraníes del noroeste salteño, Argentina”, Natalia Castelnuovo Biraben analisa as implicações dos discursos e práticas do gênero do desenvolvimento na vida das mulheres. As posições em relação às questões de direitos podem ser ambíguas, conforme mostra a autora, pois elas podem não se sentir contempladas na questão do planejamento familiar. A luta pelo acesso a esse direito possibilitou a entrada das mulheres em diferentes universos e espaços de decisão.

Ao finalizar a obra, Ângela Sachi e Márcia Gramkow entrevistam Váleria Paye Pereira e Léia Bezerra do Vale. Ambas se inserem em espaços políticos de decisões sobre a participação feminina indígena e as demandas específicas para estas mulheres e lançam seus olhares para as novas perspectivas em relação aos povos indígenas.

Essas relevantes contribuições assinalam mais uma vez a urgência do debate sobre gênero entre os coletivos indígenas. A emergência dessas discussões centra-se na demanda de direitos recentemente reivindicados pelas mulheres indígenas.

Desde 1980 existem organizações brasileiras exclusivas de mulheres indígenas e a partir de 2000 foi reivindicada a criação de um espaço específico para as demandas femininas. Apenas em janeiro de 2007, foi criado, pela Funai, um departamento específico de mulheres indígenas. Cabe ressaltar que entre as principais demandas estão a garantia dos territórios tradicionais, o direito à saúde e educação diferenciadas. Uma das características primordiais das reivindicações destas organizações movidas pelas mulheres é o fortalecimento do coletivo indígena.

Por:

Tania Regina Zimmermann

Professora titular no curso de História e no Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Amambai, MS, Brasil. Pós-doutoranda em História pela Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil. Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) E-mail: zimmermanntania@hotmail.com

Resenha:

Recebida em Fevereiro de 2014.

Aceita em Junho de 2014.

